

# **Identidade e cânone gaúcho: uma análise da construção indentitária sul-riograndense através da obra “Breviário das terras do Brasil” de Luiz Antônio de Assis Brasil**

Gabriela de Lima Grecco

Submetido em 20 de abril de 2015.

Aceito para publicação em 22 de agosto de 2015.

*Cadernos do IL*, Porto Alegre, n.º 51, dezembro de 2015. p. 113-133

---

## **POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL**

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
  - (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
  - (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
  - (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.
- 

## **POLÍTICA DE ACESSO LIVRE**

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Segunda-feira, 18 de janeiro de 2016

23:59:59

**IDENTIDADE E CÂNONE GAÚCHO: UMA ANÁLISE DA  
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA SUL-RIO-GRANDENSE  
ATRAVÉS DA OBRA “BREVIÁRIO DAS TERRAS DO  
BRASIL” DE LUIZ ANTÔNIO DE ASSIS BRASIL  
IDENTITY AND THE GAUCHO’S CANON: AN  
ANALYSIS OF THE IDENTITY CONSTRUCTION OF  
THE RIO GRANDE DO SUL THROUGH THE BOOK  
WORK “BREVIÁRIO DAS TERRAS DO BRASIL”, LUIZ  
ANTONIO DE ASSIS BRASIL**

Gabriela de Lima Grecco\*

**RESUMO:** *Este artigo tem por objetivo a análise do processo de construção da identidade gaúcha através da obra do autor Luiz Antônio de Assis Brasil, Breviário das terras do Brasil. Para tanto, necessitou-se contextualizar a ficção contemporânea brasileira e gaúcha e, na análise da obra, identificar em que matriz ideológica as obras de Assis Brasil estão filiadas, no sentido de buscar o “novo” ou/e a “tradição” presentes em seus textos, a partir das ideias de Ieda Gutfreind. Na análise da obra, buscou-se identificar os grupos marginalizados e de que forma foram representados pelo autor.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Literatura; História; Assis Brasil.*

**ABSTRACT:** *This article aims to analyze the process of construction of the gauchos' identity through the work of the author Luiz Antônio de Assis Brazil - "Breviary of land in Brazil." For that, we needed to contextualize the contemporary and gaúcho fiction. In the analysis of the book, it is important to identify ideological matrix, in seeking the "new" and / or "tradition" present in their texts, from the ideas of historian Ieda Gutfreind . It was necessary to identify the marginalized ethnic and cultural groups in these works and examine how the characters were represented.*

**KEYWORDS:** *Literature; History; Assis Brasil.*

## 1 Introdução

No campo da história e da literatura, já há uma trajetória respeitável em relação às reflexões referentes à identidade gaúcha. Tais reflexões, no entanto, não esgotam o assunto, mas, sim, tornam a discussão mais fértil e nos dão subsídios para problematizar e questionar as construções identitárias circunscritas ao estado sulino – sendo estas problemáticas constantes para diversos estudos. Nessa perspectiva, a literatura sul-rio-

---

\* Doutoranda e “Personal investigador contratado” do Departamento de História Contemporânea da Universidad Autónoma de Madrid. Membro do projeto *La construcción de las redes de poder en la España contemporánea y sus relaciones con el mundo atlántico (S.XIX-XX)* (código HAR2012-32755).

grandense – datada a partir da década de 1870 – é campo privilegiado para entender-se o modo pelo qual foi sendo construída a identidade gaúcha. Para tanto, é importante o estudo que relaciona identidade cultural e cânone literário, posto que estes fazem parte das construções simbólicas de nossa sociedade e, mais especificamente, do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o texto literário, devido ao seu caráter eminentemente social, interfere na sociedade, criando, através das representações, a nossa identidade. Segundo Antonio Candido (2010), a arte é social em dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais.

Assim, não se pode desprezar o fato de que nenhuma sociedade faz uma leitura solitária, idêntica ou isolada de si mesma, mas todas realizam exercícios permanentes de autoconsciência, promovendo leituras de si próprias de ângulos ou perspectivas inusitadas (DAMATTA, 2004). No entanto, o cânone vem servindo como uma “camisa-de-força” por meio da literatura, marginalizando a língua e a cultura de diversos povos que constituem a sociedade brasileira, mediante uma política sistemática de assimilação em vez de integração (KOTHE, 1997). A identidade brasileira, e também gaúcha, que deveria ser múltipla e heterogênea, torna-se “una”, homogênea, hierárquica.

O que se entende por identidade no mundo pós-moderno e que, segundo Stuart Hall (2003), está em crise, ou seja, as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades, interessa sobremaneira para este estudo. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente não é mais possível: hoje se vê que há uma multiplicidade de identidades possíveis, novos atores sociais surgindo e reivindicando o seu papel como sendo significativo.

Entretanto, nem sempre foi assim. Por muito tempo, as identidades basearam-se num recorte ou numa representação falha da realidade, circunscrita a um plano de referência, quando, de fato, esta representação deveria se dar em vários níveis – como o psicológico, o sociológico, o cultural, entre outros. Na literatura gaúcha, tal constatação é evidente: por muito tempo os grupos indígenas apareceram em número reduzido de obras literárias, dando lugar à temática da formação étnica a partir das correntes migratórias europeias. Segundo Zilá Bernd (1992, p. 14),

(admitir) as correlações imediatas entre características raciais ou geográficas, por exemplo, e a construção de uma determinada cultura, é não apenas cientificamente falso como ideologicamente perigoso e pode levar a conclusões racistas segundo as quais somente indivíduos pertencentes a raça X, ou habitantes da região Y, são capazes de produzir certos objetos culturais.

Nesta mesma perspectiva etnológica, Roberto Damatta (2004) afirma que a identidade gaúcha sempre esteve fundamentada em elementos de modernidade, isto é, o sul do Brasil representaria a ponta exemplar de um processo aculturativo à modernidade, ao qual os países modernos já teriam chegado. Assim, enquanto a maioria do Brasil seria atrasada, o “sul” seria moderno; tal ideia está relacionada, sobretudo, à questão étnica. Enquanto a identidade brasileira teria sido construída a partir da fábula das três raças, o Rio Grande do Sul tem um número bastante representativo de

imigrantes brancos e os reconhece como atores importantes na constituição de sua narrativa de identidade.

A literatura gaúcha, por sua vez, durante um longo período (do século XIX até metade do século XX), mostrou-se como uma narrativa construída no sentido de firmar a identidade do homem da campanha. A imagem do gaúcho, portanto, foi sendo construída a partir de uma imagem de um homem valente, generoso, destemido, capaz de enfrentar o inimigo. Segundo Daysi Albeche (apud ALVES, 2005), na obra *Os Farrapos*, de Oliveira Belo, o gaúcho aparece, pela primeira vez, na literatura como símbolo rio-grandense. A ideia de “homogeneização” do Rio Grande do Sul foi caracterizada desde então, construindo a crença de que o gaúcho heroico representa a figura real do povo sulino.

Nas últimas décadas, entretanto, há uma evidente ampliação dos temas e das figuras retratadas no texto literário sul-rio-grandense, de modo a construírem uma identidade não excludente e capaz de representar a sociedade gaúcha em seu conjunto. Dessa maneira, a identidade gaúcha vem sendo criada e recriada através do cânone sul-rio-grandense, em que se passa, mais recentemente, a refletir a partir do horizonte das minorias étnicas e sobre o papel da mulher em nossa história, mergulhando-se, pois, nos problemas de nossa identidade cultural. Segundo Márcia Alves (2005, p. 30-38),

Várias foram as concepções da figura do gaúcho até a sedimentação da que se tem hoje, tão variadas quanto os contextos históricos em que foram forjadas. [...] Na segunda metade do século XX, [...] começou-se a questionar o caráter tão marcadamente heroico do povo gaúcho. A própria Revolução Farroupilha apresentava episódios nada dignos de orgulho, como a Batalha de Porongos, por exemplo, quando os Lanceiros Negros (escravos que por acreditarem na abolição lutavam junto aos farrapos) foram traídos e vitimados. [...] Da mesma forma, demonstrou-se que o gaúcho mítico nunca existiu historicamente e que a decantada democracia dos pampas era uma construção idealizada que respondia aos interesses de legitimação das oligarquias locais.

Hoje, portanto, já se considera que os eixos definidores do processo cultural sul-rio-grandense passam necessariamente pelo hibridismo étnico. Assim, o processo cultural gaúcho, como uma entidade em construção, assiste, no presente momento, ao aporte de várias etnias e de vertentes até então sem voz (ASSIS BRASIL, 2004). Nesse processo, a partir da metade do século XX, houve um movimento em busca de uma visão mais crítica acerca da identidade gaúcha, podendo citar Érico Veríssimo, Cyro Martins, Dyonélio Machado e, mais recentemente, Caio Fernando Abreu, Lya Luft e Antônio de Assis Brasil (a obra deste último autor foi escolhida para ser analisada neste trabalho).

Érico, por exemplo, refletiu, em suas obras, sobre as opções possíveis para os grandes dilemas étnicos da época, realizando ficções de grande qualidade estética, capazes de mergulhar no passado histórico, de modo a recriar a identidade gaúcha (FISCHER, 2004). Porém, ao passo que Érico prefere fazer a saga da classe dominante de sua origem à sua decadência, Cyro Martins opta pelos desvalidos do pampa: pequenos arrendatários, agregados, peões, carreteiros, personagens que perderam o pouco que possuíam e que vagam sem destino pela campanha.

Dyonélio, por sua vez, foi um dos pioneiros na reflexão literária sobre o universo urbano, retratando a precariedade dos centros urbanos, incluindo os sujeitos vindos do interior. Já na obra de Caio e Lya Luft, verifica-se a influência da ficção introspectiva, à

maneira de Clarice Lispector, explorando a subjetividade e a procura de identidade dos personagens.

A identidade gaúcha hoje, portanto, é bem mais ampla do que seu substrato mítico parecia indicar, o que vem possibilitando um reexame profundo acerca dos trabalhos discursivos que, em seu conjunto, legitimam a ideia de que temos de nós mesmos. Há, ainda, a manutenção de alguns símbolos e costumes ligados à ideia do que foi nosso passado, mas estes estão ficando cada vez mais circunscritos a determinados grupos. Algumas representações, porém, possibilitaram, de forma muito profunda, a interiorização e a legitimação de nossa autoimagem e, para desconstruí-las, é necessária uma reformulação identitária que se incline ao resgate de nossa identidade de maneira a relativizar o “nós”, isto é, “como um homem que está em condição de viver o relativo depois de ter sofrido o absoluto” (GLISSANT, apud BERND, 1992, p. 84).

Dessa maneira, embora a literatura sirva como um discurso para que não se ouçam algumas vozes, de modo a preservar uma totalidade inexistente, ela também tem a função da ampliação das possibilidades de significação de uma identidade, dando espaço à diferença. Ao se questionar a verdade do cânone, muitos escritores têm utilizado de sua literatura como uma reformulação da interpretação canonizada, redefinindo papéis e encontrando alternativas históricas distintas, com vistas a dessacralizar a história do passado.

É importante perceber que a literatura brasileira sempre se preocupou em estar em sintonia com os modelos europeus (Barroco, Arcadismo, Romantismo, etc.). Assim, afirma Flávio Kothe (1997, p. 20), “a mentalidade colonial acha que só imitando modelos das metrópoles se pode fazer arte ou ciência; a ruptura dá-se quando o ponto de partida e primeira chegada da produção passa a se dar dentro da sociedade brasileira”. Dessa maneira,

a divisão de períodos literários nas historiografias repete modelos europeus, que eram imitados, em geral com atraso, pelos literatos da colônia, como se as condições sociais fossem as mesmas e os pensamentos fossem pássaros migratórios. [...] Voz e vez tem aquele que serve para confirmar o esquema (KOTHE, 1997, p. 60).

Seria interessante tentar analisar a literatura brasileira – e também a gaúcha, já que esta faz parte da mesma –, de outra perspectiva, isto é, questionando uma única visão sistêmica, uma única avaliação do que se entende por “literatura canônica”. No entanto, pouco ainda se fez nesse sentido, inclinando-se a provocar a saída de elementos que poderiam participar do sistema e enriquecê-lo. Para tanto, trata-se de redescobrir as múltiplas identidades, superando as identidades fictícias e inverossímeis, a fim de possibilitar a abertura do sistema a outras séries literárias e interpretações, adequando o texto literário melhor à realidade e à evolução histórica brasileira.

## **2 Uma breve contextualização da ficção contemporânea**

A partir da década de 1970, a ficção contemporânea brasileira reflete as novas transformações, em nível político-cultural, pelo qual o Brasil estava passando. Durante esses anos, o Brasil se consolida como nação industrializada, embora tal transformação seja marcada por graves desigualdades sociais. Ante tais mudanças, os sujeitos desta sociedade industrializada passam a se questionar “quem somos nós?”. Para Stuart Hall

(2003, p. 13), esse processo produz o sujeito pós-moderno, cuja “identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.

Frente a essas transformações, os ficcionistas refletem em suas obras esta experiência coletiva de esfacelamento e pulverização da realidade (GONZAGA, 2007), e, ao mesmo tempo, a literatura modifica as concepções de mundo desta mesma sociedade, criando obras que revisitam os cânones, com um olhar bastante crítico em relação às identidades ideologicamente forjadas e às minorias até então marginalizadas. Os escritores desse período trabalharam com uma narrativa de desintegração das formas realistas tradicionais, que haviam predominado até o fim da década de 1960.

Ao mesmo tempo, surgem autores que criam suas obras através de temas existencialistas, de modo a representar, de maneira direta, os dramas subjetivos e a procura de identidade mais profunda dos seres. Há uma tentativa de recuperar o sensível via linguagem através da experiência dos personagens, buscando na linguagem metafórica um teor metafísico, sendo os representantes dessa linha Caio Fernando Abreu e Lya Luft.

Por outro lado, a partir da década de 1980, ganha força o romance histórico, evocando fatos históricos e personagens do passado, reinterpretando-os por meio de uma visão crítica, visando a uma reconstrução das representações históricas até então cristalizadas pela literatura canônica (tendo como expoente dessa vertente o escritor Luiz Antônio de Assis Brasil). Paralelamente, houve também o reaparecimento de ficções de temática rural, mas já com vistas ao seu esgotamento, posto que tais obras tinham como temática a “pequena e média propriedades encurraladas entre o avanço da urbanização e o surgimento da grande empresa agrícola” (GONZAGA, 2007, p. 463).

A ficção brasileira contemporânea [...] oscila num movimento pendular entre três grandes linhas: a regionalista, a urbana (psicológica) e a histórica; sendo que esta última tem sido a principal vertente da literatura brasileira nos anos 90. São vários os romances que buscam a história não como mero pano de fundo, mas como releitura histórica, repesando e repensando o valor dos fatos. [...] Há, ainda, neste desabrochar regional e histórico, uma necessidade de revisão do passado que repercute na busca da identidade, na formação do imaginário próprio que, muitas vezes, é desmistificador. (RITER, 2000, p. 252)

Tendo descrito as mudanças da sociedade brasileira e, concomitante a tal processo, as transformações paradigmáticas das narrativas literárias, é interessante observar que “a literatura gaúcha também entra no processo de modernização, dando curso às mesmas contradições que a estrutura social e econômica brasileira propunha” (SANTOS, 1992, p. 27). Dessa maneira, no Rio Grande do Sul, a temática histórica e regionalista continuam tendo importância para os autores sulinos, objetivando repensar o passado histórico, de maneira a criar romances antiépicos que identifiquem as novas identidades que configuram o mundo pós-moderno.

Segundo Regina Zilberman (1992), desde o legado dos anos 1920, com as obras de Cyro Martins, o cânone sul-rio-grandense garante a persistência do tema “regionalista” enquanto orientação vigente na prosa do Rio Grande do Sul; este tema, contudo, teve nova configuração: abandonou uma antiga criação mitológica, o morador da Campanha, isto é, o gaúcho. A narrativa gaúcha, pois, ampliou seu repertório, buscando olhar para o passado histórico de forma crítica, recuperando nossos laços com

a história, mas de forma a integrar personagens silenciados e fatos históricos, muitas vezes, renegados.

Neste sentido, desde os anos 1970, a arte gaúcha surge com um novo olhar sobre a história, questionando as temáticas estabelecidas pelo cânone vigente. Assim, os escritores do sul procuram escrever obras que resgatem o passado histórico rio-grandense, a gênese do povo, tendo como um dos temas o prisma da colonização, o qual teve um papel de grande importância na formação do imaginário sulino, podendo citar os seguintes livros: *O Quatrilho* (1985), de José Clemente Pozenato; *Quem faz gemer a terra* (1991) e *A face do Abismo* (1988), de Charles Kiefer; *Os varões assinalados* (1985) e *Netto perde sua alma* (1995), de Tabajara Ruas; *Um quarto de légua em quadro* (1976) e *Breviário das Terras do Brasil* (1997), de Luiz Antônio de Assis Brasil.

### 3 A historiografia gaúcha

A historiadora Ieda Gutfreind (1998) desvela o caráter ideológico da produção do conhecimento histórico e, também, literário no Estado do Rio Grande do Sul. Esta autora pesquisa a literatura gaúcha e a sua relação com a construção de representações, identificando em que medida o poder político mitifica a identidade sul-rio-grandense, acarretando na marginalização de alguns grupos étnicos e culturais. Ieda trabalha com as questões de parcialidade ideológica presentes tanto na obra histórica como literária e, por conseguinte, a importância de se aproximar essas duas áreas.

Partindo dessa ideia, o termo “historiografia”, para Ieda, deve ser empregado para todo produto da sociedade, independentemente do campo em que se manifesta, e não somente no sentido de história escrita. “Decorre disso a denominação de historiador para todo aquele que viveu no Rio Grande do Sul e escreveu um texto ou um livro sobre temas históricos rio-grandenses” (GUTFREIND, 1998, p. 9). É evidente, portanto, a maneira pela qual a autora aproxima o texto literário do texto histórico: a história dilui-se na literatura.

A partir de tal constatação, torna-se possível pelo menos identificar duas matrizes ideológicas na historiografia do Rio Grande do Sul, as quais se originam de interpretações de participantes contemporâneos nos acontecimentos narrados e, posteriormente, reinterpretados e incorporados à produção histórica. Uma das orientações identificadas denomina-se matriz platina e a outra matriz lusitana.

À primeira, filiam-se os historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e, comumente, defendem que a área das Missões Orientais compunha a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza a aproximação do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região (GUTFREIND, 1998).

Tanto a história como a literatura, portanto, tornam-se instrumentos utilizados para afirmar uma identidade construída a partir de interesses de certos grupos, uma vez que a historiografia opera sobre os fatos, reinterpretando-os. Dessa maneira, a autora conclui, a partir da análise de obras tanto da matriz platina como da matriz lusitana, que a história foi usada para fins político-ideológicos: o instrumento utilizado é a história (e a literatura que faz parte desta) e os seus manipuladores, os historiadores e os políticos gaúchos.

Ieda Gutfreind, contudo, coloca em evidência um autor extremamente importante, da década de 1930, para uma visão mais crítica e menos ligada a certos grupos do poder: Cyro Martins. Este literato segue a linha denominada de romance social. Suas obras, que compõem a trilogia do *gaúcho a pé* – retratando a decadência e a miséria do homem da campanha – conseguem mostrar, de forma bastante fiel, a realidade do homem do campo (GUTFREIND, 1998). Assim, enquanto a matriz lusa, deste mesmo período, esforçava-se em construir uma representação otimista e pujante do Rio Grande do Sul e do gaúcho, a literatura de romance social desenvolvia um texto mais crítico e realista.

Relacionando a literatura e a história deste período, pode-se, portanto, afirmar que nunca a literatura foi tão histórica quanto neste momento, no sentido de aproximação com a realidade concreta sulina. Nesse sentido, enquanto a preocupação de Moysés Vellinho, por exemplo, e de seus colegas historiadores da década de 1930, limitava-se a diferenciar o gaúcho sul-rio-grandense de seu congênere platino, invocando suas origens, a realidade vivida pela população sulina estava sendo trabalhada pela literatura.

Como se observa, o discurso tanto da História como da Literatura olham para os acontecimentos históricos, muitas vezes, a partir de uma mesma perspectiva, revelando que, no Rio Grande do Sul, História e Literatura desenvolveram caminhos muito semelhantes, sobretudo, nos seus comprometimentos de natureza ideológica (ALVES, 2005). Sabe-se, ao mesmo tempo, que tal ideia vem se modificando e, atualmente, veem-se inúmeros escritores e historiadores com uma visão bastante crítica e um aparecimento de certo revisionismo no campo da História, podendo citar, por exemplo, o historiador Moacyr Flores e a historiadora Sandra Pesavento. Não se pode negar, também, que a mesma atitude se encontra em textos de ficção, como as obras de Luiz Antônio de Assis Brasil – o qual tem uma atitude de atualizar os fatos do passado, reconstruindo as representações com olhar crítico.

Parece, em suma, que História e Literatura, embora se valendo de procedimentos distintos, têm trilhado os mesmos caminhos, ora filiando-se nitidamente ao discurso oficial, ora dele distanciando-se. Nessa medida, pode-se citar o autor Peter Gay, para reafirmar que “História e Literatura ‘condividem’ uma longa fronteira cheia de meandros, que é atravessada pelo trânsito erudito e literário sem grandes impedimentos nem muitas formalidades” (apud ALVES, 2005, p. 130).

Nesta mesma perspectiva, a crítica contemporânea identificou, a partir das últimas décadas do século XX, o surgimento de uma nova literatura, chamada de *metaficção historiográfica*. A teórica canadense Linda Hutcheon (1991), nesse sentido, ao falar do novo romance histórico, prefere denominá-lo de metaficção historiográfica, posto que neste há uma visível preocupação em discutir as relações entre ficção e história, bem como redefinir a própria conceituação de história como produção humana. A autora, ainda, acrescenta que a metaficção historiográfica atua dentro das convenções não para negá-las, mas, sim, para subvertê-las. A preocupação com o passado histórico não deve ser, portanto, vinculada ao recuo nostálgico no tempo, como fizeram os antepassados românticos – essa noção precisa ser superada e, por conseguinte, assimilada à possibilidade de retornar ao passado criticamente, como propõe o pós-modernismo. As obras de metaficção historiográfica refletem

[...] conscientemente sobre sua condição de ficção, acentuando a figura do autor e o ato de escrever [...]. (Elas) tomam como tema ostensivo personagens e eventos da história conhecida, mas os submetem à distorção, à

falsificação e à ficcionalização [...] o ponto essencial é que esses textos expõem a ficcionalidade da própria história (CONNOR apud FERREIRA, 2009, p. 76).

Nesse sentido, os romances históricos de Luiz Antônio de Assis Brasil podem ser considerados, segundo o conceito de Hutcheon, como uma “metaficção historiográfica”, isto é, romances com uma preocupação contextual e autorreflexiva. Segundo o próprio autor, em uma entrevista exposta no seu site oficial\*,

O romance histórico tradicional, ao estilo de Scott e Herculano, não se pratica mais; pelo menos, se pratica pouco - e de má qualidade. No denominado ‘novo romance histórico’ - que Linda Hutcheon chama de ‘metaficção historiográfica’ -, a história é sempre pretexto, e é deformada, reinterpretada, discutida e, até, criada. Imagino ter feito, e com certa frequência, essa segunda modalidade, com recurso à paródia, ao pastiche e, uma ou duas vezes, ao plágio burlesco. [...] Hoje me preocupa, mais que tudo, a ficção. Mesmo que os plots estejam situados num tempo pretérito, isso é apenas uma opção do escritor: o passado me dá maior liberdade criadora, e as emoções e paixões me parecem mais autênticas. (ASSIS BRASIL, 2010b)

Assis Brasil, portanto, confronta os cânones através da distorção dos materiais históricos que utiliza na construção dos seus textos, promovendo uma diluição entre o real e o ficcional: o passado é, pois, reconstruído. Já que esse passado é apresentado através de discursos, e pelo discurso torna-se possível subvertê-lo, contestá-lo, repensá-lo e, com isso, representá-lo sob novas e diversas perspectivas (LEVON, 2008, p. 158).

#### 4 A historiografia de Assis Brasil

Luiz Antônio de Assis Brasil é escritor brasileiro contemporâneo, gaúcho, nascido em Porto Alegre, no ano de 1945. Passou a infância na cidade de Estrela. Hoje é professor e Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da faculdade de Letras, e foi convidado em 2010 a ser Secretário de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Mantém, há mais de 15 anos, a Oficina de Criação Literária, criada no ano de 1985.

Assis Brasil é voltado para o chamado novo romance histórico. Tal autor vem produzindo obras que procuram examinar o passado legendário do Estado sulino. Nesse sentido, a ótica do romancista é sempre desmistificadora, seja na ficção da colonização açoriana (*Um quarto de légua em quadro*, 1976), ou no registro da Revolução Farroupilha (*A prole do corvo*, 1978), entre outros temas históricos. Sobre a relação entre a obra ficcional de Assis Brasil e a história, ele afirma:

[...] como um romancista eu não tenho compromisso com a verdade, a não ser com a verdade da obra, a qualidade estética da obra. Então, eu vou atrás de alguns aspectos que em geral não são relacionados à macro-história, digamos assim, mas em alguns aspectos episódicos, humanos, que fazem parte, portanto, daquilo que a gente espera encontrar num romance, e que normalmente não está na história. Muitos também eu imagino, trabalhando

---

\* Disponível em: <<http://www.laab.com.br/bio.html>>. Acesso em: 20 de out. 2010.

dentro da verossímil. No início da minha carreira de escritor, estive mais atrelado a fontes históricas. [...] Com o passar do tempo, eu fui assumindo mais o lado ficcionista, (buscando) os aspectos humanos da história. (ASSIS BRASIL, 2010a)

Estilisticamente, o autor atém-se aos padrões tradicionais da grande narrativa realista do século XX, e sua linguagem é elegante e precisa. Preocupa-se em utilizar palavras e recursos estilísticos do período em que escreve, para dar “um sabor de época”.

[...] eu não sou alguém de hoje que vai estar no passado, eu sou de hoje alguém que olha para aquele passado [...] com a nossa perspectiva de hoje. Então os elementos linguísticos são o ponto necessário para manter, digamos assim, um sabor de época, e por outro lado, o nosso idioma, tem recursos expressivos tão interessantes, recursos expressivos no passado, certas condutas linguísticas muito interessantes, muito boas, alguns vocábulos que caíram em desuso e que são muito bonitas. E que recuperar isso também é um prazer e um prazer pro leitor de hoje. (ASSIS BRASIL, 2010a, p. 100)

Há, portanto, na obra de Assis Brasil, uma necessidade de revisão do nosso passado que repercute na busca da identidade sul-rio-grandense, operando de forma a desmistificar o imaginário criado pela historiografia sulina. Assim, a representação de nossa história tem esse poder de consagrar a ordem ou de desconstruí-la.

[...] que há, que havia, enfim, em minha obra, um projeto que eu mesmo não me dava conta. É um projeto de justamente de tentar melhor entender essa nossa condição aqui do sul, do sul do Brasil, da América do Sul. A nossa condição de perplexidade e de viver continuamente uma oposição entre aquilo que é rude, aquilo que é bárbaro, como nós chamamos, e aquilo que é civilizado. [...] Então, um pouco essa coisa de eu entender eu mesmo, enquanto ser humano, enquanto homem civilizado, da cidade, profundamente urbano, e sentindo dentro de mim uma necessidade de recuperar algum modo de ser, ainda não tocado pela civilização. Essa discussão está em todos os meus livros. (ASSIS BRASIL, 2010a, p. 102)

Retomando o percurso da produção de Assis Brasil, observa-se a preocupação com temas da gênese da sociedade sulina, como fica claro no seu primeiro romance *Um quarto de légua em quadro*. Já na década de 1980, podem-se citar as obras *A prole do corvo* (1978) e *Bacia das alvas* (1981), dando continuidade à temática de episódios importantes da história rio-grandense e abordados de forma crítica. Retoma, no primeiro, a Revolução Farroupilha e o período compreendido entre a ascensão política de Júlio de Castilhos e a implantação do Estado Novo; no segundo, discute o positivismo sul-rio-grandense (PEREIRA, 2001).

*Manhã transfigurada* (1982) e *As virtudes da casa* (1985) refletem novas preocupações do literato, inserindo uma nova temática: a figura feminina. Embora o cenário histórico continue presente, tais obras centram-se nos dilemas existenciais das protagonistas, buscando o teor psicológico e dramático na narrativa. Outra obra que vem complementar a temática dos dramas existências é *O homem amoroso* (1986) – romance construído através de um universo intimista, focalizando o drama particular de um músico integrante da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre.

Já no livro *Cães da Província* (1987), retoma fatos e personagens históricos, durante o século XIX, desafiando os limites entre ficção e documento histórico, revivendo um personagem antológico, Qorpo-Santo, e fazendo coincidir acontecimentos históricos de diferentes momentos. Perguntado sobre a pesquisa histórica e a preocupação em escrever segundo a realidade histórica, Assis Brasil (2010a, p.99) relata,

[...] eu tinha que ficar a distrito aquilo que está na história, e a história digamos, tem fatos, tem documentos, documentos de mais variada natureza e que digamos, podem, em determinado momento, [...] limitar a ação do romancista. Por isso, eu tenho me permitido algumas liberdades, como por exemplo, *Cães da província*, eu fiz coincidir, no mesmo momento, os cães da rua do arvoredado e a interdição do dramaturgo Qorpo-Santo, quando eles tiveram 10 anos de diferença entre um e outro.

Assis Brasil encerra a década de 1980 com a publicação de *Videiras de cristal* (1990), a qual trabalha com um episódio fascinante da história sulina: liderada por uma frágil mulher, Jacobina Maurer, uma legião de colonos alemães revolta-se contra as instituições da época, enfrentando o próprio exército imperial. Já na década de 1990, escreve a trilogia *Um castelo no pampa*, integrada por *Perversas famílias* (1992), *Pedra da memória* (1993) e *Os senhores do século* (1994), reconstruindo um amplo painel da história gaúcha e brasileira.

## 5 Análise de *Breviários das terras do Brasil*

O romance histórico *Breviário das terras do Brasil: Uma aventura nos tempos da inquisição* (1997) remete-nos, inicialmente, ao sul do Brasil, início do século XVIII, próximo à zona conflagrada das reduções jesuíticas, na fronteira entre o Brasil e as possessões espanholas. Posteriormente, a obra volta-se a um contexto mais amplo do Brasil: a sociedade escravocrata do Rio de Janeiro, durante o período da Inquisição Portuguesa no Brasil. O autor, portanto, parte de fatos históricos – com destaque às visitas do Santo Ofício à Colônia e às Missões Jesuíticas ao sul do território brasileiro –, compondo um rico panorama do Brasil Colonial do século XVIII. Tal preocupação histórica, porém, não pretende atrelar pura e simplesmente o relato histórico à lógica da ficção; visa, sim, a proporcionar ao leitor uma compreensão crítica para se entender a história sul-rio-grandense num contexto brasileiro, buscando redefinir a identidade tanto sulina quanto nacional.

Conforme aspectos mais formais, esta obra contém 29 capítulos e foi, antes de tornar-se livro, publicada, originalmente, como folhetim, entre julho e setembro de 1988, no extinto *Diário do Sul*. Após quase 10 anos, em 1997, saiu em formato de livro, com algumas modificações gráficas, mas com o mesmo texto original. Segundo *Cadernos de Anotações do Breviário*, do próprio autor, ele escreve: “Não quero publicá-lo em livro” (ASSIS BRASIL, 1987-1988, s.p.). No entanto, este belo texto, de grande valor estético, literário e histórico, felizmente foi publicado e, hoje, os leitores gaúchos e brasileiros podem usufruir de uma obra bastante crítica que revela um passado, às vezes, esquecido e silenciado.

Anotações manuscritas, cadernos, rascunhos estão reunidos no Museu Delfos (Espaço de Documentação e Memória Cultural, na Biblioteca Central da PUCRS), onde pesquisadores podem conhecer as ideias, as pesquisas e as obras originais de Luiz Antônio de Assis Brasil. Nesse sentido, é bastante evidente a profunda preocupação do escritor em relação à escolha dos personagens e da própria trama do romance, bem como as pesquisas relativas a períodos históricos. Sobre o protagonista deste romance, Francisco Abiaru, Assis Brasil (2010a, s.p.) relata:

Tudo surgiu de uma imagem de um crucifixo, de um cristo num crucifixo, na casa de um poeta, meu amigo, Trevisan. E eu fiquei olhando aquele rosto, foi no século XVIII, e eu percebi algumas condições [...] muito interessantes, como os olhos amendoados. E daí ele me disse que aquilo era Missioneiro. Então, possivelmente o escultor deu aquele rosto que era um rosto semelhante ao seu, naquele Cristo, para aquele Cristo. Então ficou aquela ideia: Quem será que fez? Que tipo de pessoa? Uma pessoa que vivia em dois mundos: por um lado estava jogado pelos padres jesuítas, tirado da Idade da Pedra e levado para o Renascimento, sem passar por todos os períodos. Por outro lado, uma pessoa também fortemente ligada a sua raça, a sua etnia. Então, surgiu naturalmente essa história.

Em *Breviário*, o autor narra a saga de um índio guarani, Francisco Abiaru, o qual foi catequizado pelos padres jesuítas, na Missão Jesuítica de São Miguel. “No decorrer do século XVIII, estas reduções, criadas em território rio-grandense, vieram se constituir numa linha de expansão rumo ao sul praticamente independente da lusitana ou espanhola propriamente dita” (PESAVENTO, 1982, p. 12). Com os jesuítas, o índio aprende o ofício de escultor e, também, a trabalhar suas imagens seguindo o modelo barroco europeu. Abiaru, entretanto, ao elaborar suas esculturas, mistura elementos de sua cultura de origem e da realidade que o cerca – tais como olhos amendoados, pele morena, cocar, arco e flecha, os quais constituem elementos que caracterizam os traços étnicos e culturais dos guaranis –, de modo, pois, a identificar a formação cultural e religiosa da sociedade sulina por meio do hibridismo religioso (LUSTOSA, 2010). Sobre esse assunto, a historiadora Jacqueline Ahlert (2009, p. 274) diz:

O hibridismo cultural fundado em decorrência do projeto totalizador da redução de indígenas à vida cristã, quer em suas crenças e rituais, quer enquanto movimento de representação do imaginário, tem sua implicação maior na insurgência de um estilo original de arte, um estilo missioneiro e, acima de tudo, histórico, oriundo de ambas contribuições, com a ressalva das devidas proporções, onde se expressou a intenção de conjugar com fórmulas poucas e pregnantes o *ethos* indígena e a cristandade.

Para fins de ilustração, abaixo segue uma imagem missioneira, de “Nosso Senhor dos Passos”, em que se pode observar o estilo barroco assumindo características distintas pela influência cultural dos povos ameríndios reduzidos. Os princípios estéticos de ornamentação, dramatização e emoção, próprios do barroco, é evidente. “O que ocorre foi uma transposição em que os elementos formais barrocos cederam lugar à rigidez, ao frontalismo, geometrismo e esquematismo indígena milenar” (AHLERT, 2009, p. 287). Nesse sentido, pode-se imaginar melhor o Cristo-índio retratado na obra *Breviário*, de Francisco Abiaru que tem “uma boca entreaberta de quem expira dores, o nariz pontudo bem diferente dos narizes índios e os olhos, esses sim rasgados e insolentes da raça guarani” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 22).



Fonte: Nosso Senhor dos Passos. Autor desconhecido. Século XVIII. Escultura em madeira (1,27x0,62x0,65), com restos de policromia. Museu Júlio de Castilhos, Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MuseuJulio16.jpg>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

Nesse sentido, segundo Peter Burke (2003), o indivíduo híbrido – quer os que já nasceram nesta situação por suas mães e pais serem originários de culturas diferentes, quer os que se viram nela mais tarde, de bom grado ou não, por terem sido convertidos ou capturados – vive uma vida “entre” diferentes culturas. Uma vida entre culturas, conseqüentemente, resulta em uma “consciência dúplice”. Por isso, a dupla influência na arquitetura missioneira: o sincretismo entre a cultura de origem, “tradicional”, e a “nova” cultura, a europeia.

Historiadores das missões europeias à Ásia, África e América agora reconhecem que os ‘convertidos’ não tanto abandonaram suas religiões tradicionais pelo cristianismo quanto fizeram uma espécie de síntese de suas religiões. (BURKE, 2003, p. 20)

Nessa perspectiva, foi dado destaque especial na obra *Breviário* à escultura, mais especificamente à imagem sacra. Tais imagens artísticas pontuam grande parte da obra como elemento indispensável à história narrada, mas também, em se tratando de arte e de cultura brasileiras, pelo valor histórico e estético das poucas obras que resistiram ao tempo e chegaram ao século XXI como fragmentos daquele utópico universo colonial formado por índios e padres jesuítas (LEVON, 2008). A arquitetura missioneira, em sua peculiaridade e diversidade, é destacada nesta passagem:

- Pois então descubra as esculturas menores.  
Mestre Domingos destapa uns volumes pequenos, e vão aparecendo anjos retacos, de rosto brejeiros e feliz, arcanjos de peitos largos e pés

enormes, descalços, santas com os seios caídos à mostra, doutores da Igreja segurando arcos e flechas, toda uma hagiografia negra, índia e bela. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 217)

Já sobre a escolha do nome do protagonista, Francisco Abiaru, José Roberto Levon (2008) busca algumas hipóteses, como a intertextualidade com outras obras do cânone gaúcho e com referentes da própria história. Na obra de Érico Veríssimo, *O tempo e o vento*, há um personagem indígena, escultor e missioneiro, assim como Francisco Abiaru. No entanto, se o personagem homônimo a de Assis Brasil inscreve em sua obra escultórica as características de sua etnia, como os olhos amendoados, o Francisco de Érico trilha um caminho estético diferente:

O índio Francisco, que nascera e se educara na missão, era um escultor consumado. Havia talhado muitas imagens, algumas das quais se achavam nas igrejas de outras reduções. De torso nu e calças de algodão, ele trabalha a madeira com paixão, enquanto o suor lhe escorria pelo corpo bronzeado [...] Francisco esculpia a imagem dum Senhor Morto. Os outros escultores índios em geral davam à face das figuras os seus próprios característicos fisionômicos: olhos oblíquos, zigomas salientes, lábios grossos. Havia pouco um índio esculpira um Menino Deus índio com um cocar de penas na cabeça. Mas o Cristo Morto de Francisco, com sua face alongada e suas feições semíticas, lembrava estranhamente, na sua simplicidade dramática, certas imagens do século XI que Alonzo vira em igrejas da Europa. (VERÍSSIMO, 1995, p. 31)

Já o segundo nome “Abiaru”, pode-se relacioná-lo a um referente histórico: “trata-se do bravo cacique guarani que comandou o exército missioneiro vencedor da batalha de Mbororé, em 1641, nas margens do rio Uruguai” (LEVON, 2008, p. 131). Ambos os personagens têm em comum seu heroísmo e a indignação diante das atrocidades cometidas pelos portugueses, em nome de uma religião. O personagem histórico, Abiaru, proclama: “é uma grande vergonha para gentes que se diziam cristãs, querer roubar a liberdade aos que professavam a mesma religião” (LUGON apud LEVON, 2008, p. 131).

A obra *Breviário*, portanto, retoma uma temática muito importante e que, certamente, foi bastante tratada na literatura brasileira, embora não de maneira apropriada: o reconhecimento da importância do indígena para a formação cultural regional e nacional. Sobre esse assunto:

É tempo de respeitar e reconhecer também o legado étnico das inúmeras sociedades indígenas que antecederam e coexistem com a atual, em que vivemos. Os grupos indígenas, por sua vez, poderão conscientizar-se da importância do processo histórico do qual foram protagonistas, repensando os caminhos de seu próprio destino. A resultante poderá ser uma sociedade mais justa, coesa e solidária. (GOLIN; BORIERA, 2009, p. 5)

Dessa maneira, o personagem escolhido foi “Francisco Abiaru, escultor, de 19 anos” (ASSIS BRASIL, 1987-1988, s.p.), no contexto do século XVIII, do Brasil Colônia. Ao contar a vida de Abiaru, Assis Brasil está remontando os primeiros momentos da formação do Estado brasileiro. No primeiro capítulo, intitulado “Tempestade”, Francisco, que estava indo vender as suas esculturas em Buenos Aires, é salvo por um navio português das águas do rio da Prata, agarrado a uma imagem esculpida por ele mesmo: a de Jesus Cristo, ou melhor, a de um Cristo-índio. Este navio

português viajava nas fronteiras sulinas, mais especificamente, “saía da Colônia de Sacramento para o Rio de Janeiro” (ASSIS BRASIL, 1987-1988, s.p.), transportando couro. Nele, havia um padre a bordo que, devido aos traços indígenas do Cristo feito por Abiaru, é levado a suspeitar de heresia, conduzindo, assim, o índio ao Rio de Janeiro, para os cárceres da Inquisição.

- Ei, índio, toma lá – e jogam uma corda que vem serpenteando sobre as águas, os dedos murchos conseguem alcançá-la, mas o braço livre ainda enlaça o pescoço do Salvador, e os homens rindo e gritando que largue o santo e Francisco Abiaru prende-se ainda mais nele: vai reconhecendo o acento da malévola gente portuguesa e brasileira que tantos estragos fizeram nas Missões. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 13)

A partir do ambiente do cárcere, onde há o registro de personagens marginalizados no contexto da sociedade brasileira do século XVIII, Assis Brasil constrói seu romance, dando voz, por conseguinte, a outros discursos, percebendo outras histórias e modos de ver o mundo. “O romance de Luiz Antônio de Assis Brasil também coloca em cena personagens marginais, anônimos e ‘ex-cêntricos’ da historiografia institucionalizada” (LEVON, 2008, p. 2).

Dentro do cárcere, o escritor faz “com que cada prisioneiro da Inquisição represente um tipo, todos rebeldes” (ASSIS BRASIL, 1987-1988, s.p.), como o próprio protagonista, um índio missioneiro; uma mulher negra mística (Rainha Hécuba); um estrangeiro holandês (Petrus Cornelius, o holandês “voador”). Nesse sentido, Assis Brasil reinsere novos atores sociais, dando valor a suas contribuições socioculturais para a formação do Brasil. Para tanto, confere, a cada personagem, um capítulo com seu nome: Rainha Hécuba; O holandês voador tem seus planos; e Moisés Israel (este não é preso, mas será, ao final da obra, pego pela Inquisição, por ser um judeu convertido ao cristianismo, mas ainda praticante de sua religião original).

Nesse sentido, o narrador onisciente intruso, que cedera a voz a Abiaru, no desenrolar da narrativa, passa a palavra a diferentes personagens, que darão testemunho, sob o viés dos marginalizados, sobre a construção da nação, a partir do seu olhar sobre o mundo. O foco dominante, a saber, centra-se no protagonista Francisco, representando valores, em vias de desaparecimento, que construirão a nossa identidade cultural. O índio Francisco caracteriza-se como herói degradado, o qual rompeu com suas tradições, não conseguindo enquadrar-se ao mundo capitalista, mas, ao mesmo tempo, é retratado como “a humana natureza é sábia, pois vai somando camada sobre camada de pele e assim ficam fortes como se tivessem uma armadura” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 16) e “o índio aí é inteligente” (Ibidem, p. 95). Além de Abiaru, Rainha Hécuba, Petrus Cornelius e Moisés Israel são personagens que lutam para manter a sua identidade num mundo tão diverso (PEREIRA, 2001), caracterizando-se pela força moral e inconformidade com a realidade que os cerca.

A leitura de *Breviário das terras do Brasil* acaba confrontando os “cânones” através da distorção do material historiográfico, promovendo uma diluição entre o real e o ficcional, o que permite distorcer e subverter o que é escrito na historiografia tradicional. Assim, uma vez que esse passado é apresentado através de discursos, há a possibilidade de desmistificar o passado histórico, representando-o sob novas e diversas perspectivas. A narrativa de *Breviário*, pois, prima em dar voz aos homens comuns, pertencentes a diversificadas camadas sociais. Esta obra dá ênfase, através da verossimilhança e da singularidade histórica narrada, a personagens marginalizados pela

historiografia, e não às figuras de primeiro plano da história. Tal problemática pode ser exemplificada na seguinte passagem da obra, em que temos uma visão bastante humana em relação aos escravos: olhar que confronta a condição de objeto da população negra:

Francisco Abiaru sabendo agora que sua mão não se deterá até concluir a figura do negro que há pouco viu morrer, um santo como os outros, ou até mais santo, de morte horrível e degradante, nem aos animas davam tal morte nas Missões. Sim, ali há um Santo. Depois de pronta a imagem, porá uma auréola como as de Santo Inácio, São Francisco Xavier e todos os outros. [...] A morte do negro não passará em vão. O que mais nos indigna é o que mais força nos dá. (ASSIS BRASIL, 1997, 56)

Assis Brasil, com esta obra, resgata, através da intertextualidade, e também alegoricamente, o prejuízo humano decorrente da repressão que existiu durante a Inquisição no Brasil, quando o Estado português buscava controlar a vida das pessoas e criava “olhos” na população e no próprio governo para ver a vida da sociedade, “uma poderosa Ordem acima de qualquer ordem, odiada e temida, que julga prender e mata [...] e que todos da Colônia portuguesa querem mais é destruir, sendo ela entretanto indestrutível como o Demônio, tudo vê, tudo ouve enxerga” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 35). Sem possuir um sistema legislativo próprio, o Brasil precisava sujeitar-se ao tribunal do Santo Ofício português que, através da Visitação, julgava crimes como feitiçaria, bigamia, homossexualismo e heresia (PEREIRA, 2001). Segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 37-38),

Ao contrário dos povos que aqui encontraram, todos eles estruturados em tribos autônomas, autárquicas e não estratificadas em classes, o enxame de invasores era a presença local avançada de uma vasta e vetusta civilização urbana e classista. Seu centro de decisão estava nas longuras de Lisboa, dotada sua Corte de muitos serviços [...] Outro coordenador poderosíssimo era a Igreja católica, com seu braço repressivo, o Santo Ofício. Ouvindo denúncias e calúnias na busca de heresias e bestialidades, julgava, condenava, encarcerava e até queimava vivos os mais ousados.

Portanto, na chegada ao Rio de Janeiro, Abiaru vê-se diante do caos urbano da grande cidade, fazendo com que se lembresse de sua condição de homem arrancado de um sistema social mais igualitário, caracterizado pela disciplina, religiosidade e arte, mas que agora é exposto a uma realidade que predominam a arbitrariedade, a indisciplina, a corrupção e o desgoverno, à sombra, pois, das ameaças da Inquisição. A partir das descrições do Rio de Janeiro colonial, o leitor passa a refletir o que, de fato, é tido como a barbárie e o mundo “civilizado”. Esse diálogo, durante o livro, é permanente, fazendo-nos reformular tais conceitos. No capítulo “No Rio de Janeiro”:

Olha ao redor: de fedores inundada, triste em sua miséria e esplendor, a Babilônia apresenta-se espalhando-se espinhas de peixe e casca de banana nas lajes do cais, negros coçando suas pústulas encostados às paredes, dignitários de fardões verdes e suarentos a passar lenços encardidos nas testas, [...] padres estáticos a olharem cães e cadelas fornicando no furor do cio, a podre, degenerada e bíblica cidade. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 28-29)

A capital do Brasil, pois, vai sendo retratada, através de estratégias discursivas e formais, como o protótipo de um “Brasil do Diabo”, onde impera a desigualdade e a injustiça. Tal análise fica clara nesta passagem:

As noites no aljube são tão cheias de fatos como o dia, e não há noite que não aconteça alguma coisa, um enforcamento voluntário, morte por arma branca e mãos amordaçadas, é o diabo que impera nesta terra. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 61)

Nesse sentido, Assis Brasil reescreve um recorte do passado brasileiro em linguagem e recursos expressivos contemporâneos, proporcionando, assim, ao leitor do século XXI um retrato multifacetado do contexto e dos tipos humanos que faziam parte do contexto do século XVIII. Neste outro trecho, em que a Rainha Hécuba antevê um futuro complicado a Abiaru, também é evidente o contexto decadente do Brasil Colonial:

- Longe é teu caminho nesta Colônia, índio, mil perigos te esperam, mil bocas te acusarão, mil braços te prenderão, tudo te quer agarrar e prender e matar. Vieste para a Colônia mais pobre e triste da terra, onde o que se planta morre antes de que a semente estoure a vida, onde os homens são misteriosos e tristes, e esquecem pai e mãe e querem antes de mais nada encher seus bolsos de ouro [...]. (Ibidem, p. 68-69)

Apesar dessa paisagem decadente, o livro vai mostrando também a singularidade do Brasil, em que se assiste a uma variedade étnica e cultural que dificilmente se encontraria em outro lugar no mundo. Muitas vezes tal ideia passa despercebida, em que se vê uma característica básica da nossa religiosidade: justamente o seu caráter especificamente colonial. Branca, negra, indígena, refundiu espiritualidades diversas num todo absolutamente específico e simultaneamente multifacetado (SOUZA, 1986). Tal ideia é evidente no próprio “sincretismo” religioso e cultural de Francisco Abiaru:

Apenas lhe resta o Salvador, e nunca Ele foi tão merecedor deste nome. Mas é sua força, a única nesta hora, e comovido diz alto: *Por la señal de la Santa Cruz de nuestros enemigos liberanos Señor en el nombre del Padre e del Hijo y del Espíritu Santo Amén, Jesus*. Por docilidade ao materno idioma recita: *Santa Cruz ra angaba rehe ora mora rey mbaragui. Orepi Ciro epe Tupa Oroyara Tupa hac Taira hac Espiritu Santo rera pipe Amem Jesus*. Para maior certeza de ser ouvido lembra-se das missas: *Por signum Sanctare Crucis de inimicis nostris libera nos Deus noster, in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti Amen*. Não vai morrer mais, a vida lateja em seus membros guaranis, é forte, moço e belo, tem destreza e malícias, e possui uma arte que nunca ninguém lhe poderá tirar. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 10-11)

Não obstante, os hereges da nação eram aqueles que afirmavam o direito de ter sua própria identidade e livre-arbítrio (PEREIREA, 2001). Enquanto a Monarquia, através do poder da Igreja Católica, pautava a evangelização antes por razões de Estado do que pelas da Alma – daí uma Igreja que admitia a escravidão, imprescindível à exploração colonial –, o povo brasileiro caracterizava-se por uma cristandade totalmente original, ou seja, mestiça, híbrida, em que a espiritualidade estava integrada à vida da população. Traços católicos, negros, indígenas, judaicos misturavam-se, pois, na colônia, tecendo uma religião sincrética (SOUZA, 1986).

Rainha Hécuba é um exemplo da busca pela afirmação de sua identidade. Nos capítulos “Pactos com o demônio” e “Rainha Hécuba”, Abiaru é apresentado à cultura afro-brasileira e às suas entidades sobrenaturais. Chama-se Maria das Neves: mulher negra, linda, presa também no aljube, sendo julgada por acusação de bruxaria. Hécuba é o nome de uma trágica personagem troiana de Eurípedes – símbolo ocidental da dor materna. “Foi condenada a viver como uma cadela de alma errante, é resgatada da mitologia ocidental, para justificar o padecimento da raça negra nestas terras do Brasil” (PEREIRA, 2001, p. 143). Traz pendurada ao pescoço uma pequena ânfora, em que se encontra Alimã, entidade africana invocada por Hécuba, mas confundida com o diabo pelos católicos. No entanto, enquanto aguarda o julgamento do Tribunal, sua ânfora é retirada. Sem sua entidade protetora, Alimã, Hécuba é apenas uma mulher, negra, marginalizada:

- Não sou mais Rainha – ela diz, os olhos cravados nele. – Perdi meu consolador e o meu guia. Se tu me quiseres, sou apenas uma pobre viúva. Este infeliz aí – indica o adúltero com a ponta do pé – esse infeliz pensa que posso ser ainda mãe. Meu leite secou. Me tiraram todo e nada mais me resta. De agora em diante pode me chamar de Brasil. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 201)

Ademais, há, neste trecho, uma alegoria em relação ao Brasil Colonial: terra em que os estrangeiros só sabem extrair e explorar nossas riquezas e nosso povo. Ainda em relação à mulher, na seguinte passagem, vislumbra-se a condição não só da mulher negra marginalizada, mas do sexo feminino no seu conjunto. No capítulo “Uma graciosa figura”, em que a personagem Mariana Gabriela é retratada, pode-se ver a condição feminina:

Para as mulheres, contudo, a Colônia é severa, impõe regras desconhecidas no Reino, tais como esta de somente saírem à rua aprisionadas nesta geringonça de cortinas escuras onde o calor é uma antevisão do inferno. Apenas pode entreabrir uma fresta de polegada para ter ideia de onde anda ou simplesmente para espairecer os olhos. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 103)

Outro personagem interessante a ser analisado é Moisés Israel (ou Vasco Antonio). Este personagem representa um jesuíta, amigo de Francisco Abiaru quando este se encontrava no Rio de Janeiro, manifestando uma personalidade caracterizada pelo dualismo: é um cristão-novo que não consegue abandonar sua religião de origem, o judaísmo. Sua identidade, portanto, é demarcada a partir de uma fronteira entre culturas e crenças distintas. Moisés Israel se autodefine como “talvez brasileiro, e talvez católico, judeu. Os católicos me acusam de judeu, e os judeus não querem saber de mim. Mas vê: uma coisa é a fé, outra coisa é o costume” (Ibidem, p. 43).

Dessa maneira, Vasco Antônio/Moisés Israel acaba sendo um dos principais alvos do Tribunal. Para não se submeter aos julgamentos do Santo Ofício, Moisés Israel “enforca-se por não querer dizer *assentior contra me dictis*” (ASSIS BRASIL, 1987-1988, s.p.), ou seja, “concordo com o que me acusam”. As palavras de Abiaru definem muito bem o sentimento de impotência do personagem frente à opressora Igreja: “a compreensão da própria impotência é como um muro de milhares de pedras que de repente desaba sobre os ombros” (Idem, 1997, p. 47).

Já Petrus Cornelius, o “holandês voador”, é um “holandês que veio ao Brasil com 2 anos de idade, viver em Pernambuco, sendo preso no aljube” (ASSIS BRASIL,

1987-1988, s.p.). Seu sonho é voltar à Maurizstaad, isto é, a cidade de Recife. “Quer restabelecer o Império de Maurício de Nassau, libertando-o do domínio português” (Ibidem). Sonha, assim, em retornar a sua terra, voando em seu aparelho planador – uma espécie de “asa-delta”, segundo os desenhos e escritos de Assis Brasil (1987-1988).

Ao se pôr em foco essa personagem que, no cadinho étnico e ‘excêntrico’ representado pelo ‘aljube’ colonial, personifica o indivíduo europeu de formação não-católica, portador de ideias e conhecimentos também não condizentes com a ortodoxia e os padrões culturais então impostos. (LEVON, 2008, p. 146)

Segundo o “holandês voador”, sobre Recife, “vi as pontes, vi os palácios ricos de ouro e as ruas limpas e o progresso [...] os holandeses comportam-se com sabedoria buscando riqueza, não são como os portugueses, que empobrecem suas casas para enriquecer suas igrejas” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 100). Justifica-se, então, o anseio de Petrus Cornelius por retornar à Mauriztaad: assim como Francisco Abiaru, o holandês saiu de um local onde se identificava para um centro marcado por desordem e injustiças.

Ademais, Petrus Cornelius representa a utopia e a liberdade, o que fica claro ao final da obra: “ninguém acreditava e, num belo dia, o holandês apresenta seu invento: uma asa-delta” (Idem, 1987-1988, s.p.). O final da obra é de um fenômeno insólito, em que Assis Brasil encaminha *Breviário* “para um tom de farsa, que fica mais a propósito do burlesco igual que é este país” (Ibidem, s.p.): Assis Brasil coloca um europeu visionário e um índio a voar em busca da liberdade, voar através da realização de um sonho, afinal as mazelas da nação serviram para estimular a imaginação do holandês voador que, inconformado com o local que vivia, quer partir para um futuro mais promissor (PEREIRA, 2001).

O doutor Clemente José de Matos segue com os olhos as graciosas evoluções que faz a nave de Mauriztaad em meio às nuvens, cada vez menor.

Pergunta, a face iluminada:

-Excelência, aquela nave, o que lhe parece?

O Visitador descobre o aparelho no céu e diz:

-Uma letra grega, não é igual a uma delta?

- Sim – concorda o Vigário-geral – um delta colorido. Bem como o

Brasil.

E enquanto Filipe devolve uma ânfora à Rainha Hécuba, que recebe de joelhos, e todos aplaudem o destino feliz de Petrus Cornelius e do índio, D.Antônio de Ericeira puxa o capuz sobre a cabeça, envolvendo-se em silêncio. (ASSIS BRASIL, 1997, p. 226)

O livro, portanto, termina de uma maneira bastante burlesca, fugindo da realidade e utilizando o texto ficcional com vistas a subverter os fatos históricos. A sugestão criada pelo escritor não soluciona os problemas da nação – certamente os personagens presos no aljube teriam um fim bem mais trágico –, mas faz com que os leitores reflitam sobre as fronteiras entre o real e o imaginário, transformando o voo em libertação, ou seja, representa, simbolicamente, a liberdade almejada pela nação brasileira – e a sua possibilidade concreta.

A partir da alegoria do “voo” de Petrus Cornelius e de Francisco Abiaru, pode-se refletir que a libertação dos marginalizados é paralela à libertação integral, política e psicológica da sociedade brasileira como um todo. O processo de construção identitária é, deste modo, um processo também literário e histórico, porque leva a cabo o âmbito

do espírito e da consciência. Segundo Regina Zilberman (apud PEREIRA, 2001, p. 138),

A desautomatização do relato histórico é uma característica da literatura no Rio Grande do Sul, uma literatura que não desmente seu passado, mas pelas mesmas razões não o endossa de modo passivo. Este fato reforça a afirmativa de que a preocupação dos escritores tem sido [...] a de repensar a cultura sob perspectiva crítica e convidar o leitor a reconstruir sua história de forma mais comprometida, refletindo, pela literatura, sobre os erros do passado e ver em que medida eles permanecem presentes entre nós, com que razões, por que motivos.

Dá a importância da literatura para a criação de uma nova identidade pessoal e coletiva. Segundo Pierre Bourdieu (2010), o conhecimento do mundo social é o que está em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática, pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo. Ao perceber, portanto, o mundo de outra forma, a literatura tem o poder de criar representações capazes de transgredir a “realidade”.

*Breviário das terras do Brasil*, portanto, quando se fala em minorias étnicas e de gênero tem uma função de *transgressão*, ou seja, resgata os discursos dos excluídos, representando-os em sua alteridade. Além disso, tem, em outros termos, uma função de *dessacralização*, desmontando as engrenagens de um sistema dado, desconstruindo crenças, abrindo-se ao diverso, ao pensamento politizado e ao hibridismo (diversas culturas se relacionando). Nesse aspecto, *Breviário* consegue construir a formação social do contexto Brasil Colônia, inserindo o contexto gaúcho no contexto brasileiro, englobando o regional ao nacional, confrontando e dialogando esses dois sistemas. Por outro lado, *Breviário das terras do Brasil*, segundo as ideias da historiadora Ieda Gutfreind (1998), pode ser adequadamente inserido na linha dos “romances sociais” por aproximar a literatura a uma realidade crítica do passado histórico.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Jacqueline. Remanescentes Missionários na Estatuária. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *Povos indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, – v. 5 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

ALVES, Márcia Borba. *Tratado das gentes d’o continente por uma definição da identidade gaúcha*. Porto Alegre, 2005.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *Breviários das terras do Brasil: uma aventura nos tempos da inquisição*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

\_\_\_\_\_. Entre a universalidade e a particularidade: a literatura antes as identidades regionais. In: SCHULER, Fernando; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_. Caderno de anotações: *Breviário das terras do Brasil*. [Manuscrito]. Porto Alegre, julho de 1987 e setembro de 1988. Delfos – Espaço de documentação e Memória da PUCRS.

\_\_\_\_\_. Depoimento. Porto Alegre, 24 de setembro 2010a. Entrevista concedida à Gabriela de Lima Grecco. In: DE LIMA GRECCO, Gabriela. *Uma identidade (re)construída através das obras “Um quarto de légua em quadro” (1976) e “Breviário das terras do Brasil”(1997), de Luiz Antônio de Assis Brasil*. Porto Alegre: Monografia, PUCRS, 2010, p. 99-104.

\_\_\_\_\_. Documento disponível em: < <http://www.laab.com.br/bio.html> >. Acesso em: 20 out. 2010b.

\_\_\_\_\_. Depoimento. Porto Alegre, 24 de setembro 2010a. Entrevista concedida a Gabriela Grecco.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1992.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. In: SCHULER, Fernando; BORDINI, Maria da Glória (Orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bossanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.  
GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. *Povos indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, – v. 5 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

GONZAGA, Sergius. *Curso de Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KOTHE, Flávio R. *O Cânone colonial: Ensaio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

LEVON, José Roberto. *Breviário das terras do Brasil e Um herege vai ao paraíso: Literatura e micro-história em diálogo*. Curitiba, 2008. Diss. (Mestrado em Letras) – UFPR, Inst. de Letras e Artes.

LUSTOSA, Mariana. Documento disponível em: <<http://www.laab.com.br/pdf/resbrev-c.pdf>>. Acesso em: 11 de out. 2010.

PEREIRA, Claudiany. Repensando a nação: Breviário das terras do Brasil e o resgate da nacionalidade. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 127-148, março de 2001.

PESAVENTO, Sandra. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: \_\_\_\_\_; LEENHARDT, Jacques (Org.). *Discurso Histórico e Narrativa Literária*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998, p. 9-16.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

RITER, Caio. *Uma casa sem virtudes: a desmitificação do gaúcho em Luiz Antonio de Assis Brasil*. Porto Alegre: Ciências e Letras (Porto Alegre), 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Volnyr. Aspectos políticos na obra de Luiz Antônio de Assis Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 27, n. 1, junho de 1992.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento – O continente*. São Paulo: Globo, 1995.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.